

Sarney acha que Arena agora tem mais responsabilidade

Entrevista a
Tarcísio Hollanda

Brasília — Depois do fracasso de um acordo político entre Governo e Oposição, o **Senador José Sarney (Arena-MA)** analisa o momento político nacional atribuindo ao MDB o objetivo de criação "de um estado de direito clássico, modelo século XVIII." O vice-líder da Maioria no Senado acha que chegou o momento de a Arena "levar sozinha o projeto político da Revolução."

Acredita o Senador maranhense que, agora, a Arena tem "maior autoridade e maior responsabilidade para essa tarefa." Preconiza um entendimento entre seu Partido e o Presidente Ernesto Geisel para que se encontre uma fórmula e, em princípio, admite a convivência do AI-5 com uma Constituição que comece a experimentar instrumentos novos, como um Conselho de Estado.

Ilusão do Governo

JB — O Congresso experimentou, recentemente, um trauma provocado pela negativa do MDB em aprovar o projeto de reforma judiciária. Muitos duvidam, agora, de um processo de normalização política. O que o Sr diz desse estado de espírito?

José Sarney — O episódio parlamentar da reforma do Judiciário foi a parte final de uma ilusão que o Governo alimentou, durante algum tempo, e que teve sua última tentativa na missão Portela: obter a participação do MDB no processo de institucionalização da Revolução. Depois da vitória da Oposição, nas eleições de 74, a política de abertura do Presidente Geisel visava a estabelecer um clima de cooperação entre os Partidos para um avanço político significativo. O Presidente desejava o desenvolvimento político nos termos em que preconizou, em sua mensagem ao Congresso, em 1975, isto é, igual ao desenvolvimento econômico e social. Mas, o MDB não entendeu ou não pode admitir, por suas contradições internas, esta etapa. Ele sonhou com a conquista do Poder pelo esmagamento por uma grande vitória eleitoral. Extremou suas teses e, de certo modo, cortou o caminho escolhido pelo Presidente, que era o da distensão gradual, que não poderia ser feita sem o seu concurso.

JB — O MDB sabotou, então, a distensão?

JS — O MDB tentou várias táticas para fugir ao problema. Primeiro, atrair uma base militar para suas teses, depois uma doutrinação da opinião pública visando a deteriorar a imagem do regime e, finalmente, uma posição parlamentar de absoluta intransigência em torno de metas politicamente impossíveis de serem alcançadas.

JB — Mas, houve tentativa de renegociações e, depois, uma nova visão do problema...

JS — Quando o Presidente sentiu que o acordo era inviável, que um consenso partidário Oposição-Gover-

no para institucionalizar a Revolução e prosseguir no caminho da distensão se tornava impraticável, refluíu para sua própria área e redefiniu seus objetivos. O MDB jogou fora a grande oportunidade que lhe foi dada pelas eleições de 74 e consolidou essa perda na sua campanha para as eleições municipais e no seu tipo de ação parlamentar.

JB — Mas, como jogar a responsabilidade por tudo que se viu — recesso, reformas — sobre os ombros do MDB?

JS — Porque o Presidente Geisel desejava encontrar um consenso partidário para o seu projeto político, mas, jamais admitiu uma capitulação da Revolução em favor das teses do MDB. A abertura proposta pelo MDB não era gradual e segura, ou seja, uma forma de cooperação, mas uma ação política que ia além de uma negação frontal. É sempre difícil caminhar na política quando perdemos a noção de realidade para trabalhar no mundo do onírico.

JB — O MDB não agiu como um Partido que faz oposição dentro de um Parlamento, que tanto pode aprovar como desaprovar?

JS — O quadro não é ideal, mas real. E dentro de tal realidade, reconhecemos que o MDB não sentiu que, de momento, alguns obstáculos são impossíveis de remover. Desconheceu a existência, ainda viva, de um processo revolucionário. As revoluções somente se extinguem pela força ou quando elas julgam que seus objetivos foram conseguidos. No nosso caso, a realidade é que a Revolução ainda é a fonte de legitimidade do Poder. Nesse caso, o MDB teria de admitir que é um Partido consentido pela Revolução.

JB — O MDB deve ser, então, um Partido revolucionário?

JS — Necessariamente, isso não implica em ser o MDB um Partido revolucionário. Contudo, ele não pode é ilegítimar o sistema, isto é, pode pregar tudo, menos o fim da própria Revolução. A abordagem dessa conduta pode ter sido direta ou indireta. O MDB, embora tentasse ser cauteloso, nunca deixou de perseguir esse objetivo principal, quer pregando a abolição do Ato Institucional nº 5, quer negando a existência dos instrumentos e da ação revolucionária.

JB — Mas, o MDB mostrou-se interessado num acordo que incluísse a restauração de alguns princípios democráticos. O Senador Petrônio Portela chegou a conversar a esse respeito com o Sr Ulisses Guimarães e com a cúpula da Oposição...

JS — No episódio da reforma eleitoral, pretendida pelo Governo, o MDB chegou ao fim dessa tática cautelosa, que se mostrou incapaz de abrir caminhos e dificultou a abertura lenta, gradual e segura pregada pelo Presidente Geisel. E, ao fechar a questão num assunto que não era político — como a Reforma Judiciária — mostrou que, em nenhuma hipótese, colaboraria num processo de institucionalização da Revolução.

JB — Agora, o que resta esperar?

JS — Agora, a Arena tem de levar sozinha o projeto político da Revolução e para ele deve conquistar a adesão da Nação. Assim, podemos ver o lado bom

da crise. O General Geisel tem o privilégio de ser o primeiro Presidente da Revolução que tem um Partido coeso, a seu lado. O Presidente Castello não o teve. Lembremo-nos do episódio do Ato nº 2; Costa e Silva foi obrigado a editar o Ato nº 5 e o Presidente Médici governou numa época de restauração das estruturas partidárias, em processo de recuperação do trauma sofrido durante e depois do episódio Márcio Moreira Alves.

JB — Ainda acredita em evolução política?

JS — O Presidente Geisel tem a Arena ao seu lado e essa solidariedade vai fazer com que ela participe mais estreitamente das decisões de Governo. O sistema estabeleceu as suas coordenadas, mas, para a sua implantação, o instrumento de ação será a Arena. A Arena aceita o gradualismo e o MDB, não. Sob esse ângulo não vemos por que desanimar de avanços políticos. Acho, até, que caminharemos mais depressa, pois, nosso apoio — da Arena — será uma garantia de que a Revolução tem a sua retaguarda política garantida. A Arena, agora, tem de mostrar-se à altura dessa responsabilidade. Ganhar as eleições, oferecer um projeto político que a Nação entenda como viável.

JB — Muitos consideram que as reformas recentemente editadas constituem um retrocesso.

JS — Na medida em que as examinarmos sob o ângulo de que elas se destinam a dar segurança ao sistema revolucionário, que não abdica de seu poder, respondo negativamente. A abertura preconizada pelo MDB era inviável e não levava a nada, senão à irritação do sistema revolucionário. Ora, desde que a Revolução tenha certeza de um apoio político forte, que represente a Nação, ela pode prosseguir mais rapidamente para completar a sua grande tarefa.

JB — De 1964 para cá, registra-se uma involução no caminho da restauração democrática?

JS — Hoje, o país vive uma democracia social muito mais avançada do que era em 64. Houve uma democratização extraordinária do ensino, da casa própria, da saúde, das oportunidades de emprego, de medidas previdenciárias da qualidade da vida. No setor econômico, democratizou-se o processo no sentido de que o crescimento econômico extraordinário fez com que o bolo aumentasse e atingisse camadas cada vez maiores da população. O Brasil é, hoje, um país de 35 milhões de eleitores, com uma ordem interna assegurada sem a retaliação armada e sediciosa que fez a infelicidade de nossos vizinhos.

JB — Acredita que as ameaças à ordem interna subsistem, justificando a permanência dos instrumentos de exceção?

JS — Nem se diga que os problemas da ordem e da segurança internas estão superados. O Brasil, no seu atual estágio de desenvolvimento, de mobilidade social, de criação de estruturas novas, está na fase mais vulnerável aos ataques nihilistas do mundo atual.

JB — Objetiva e concretamente, o que pode fazer a Arena, em relação ao futuro político do país?

JS — O assunto deve ser profundamente amadurecido, mas, acho que devemos empunhar a bandeira da constitucionalização da Revolução, agora sob a responsabilidade de nosso Partido, a Arena. A bandeira do MDB não é a institucionalização da Revolução,

é a criação de um estado de direito de forma clássica, modelo século XVIII. A nossa bandeira, ao contrário, será a de institucionalizar a Revolução, criando um estado social de direito dando segurança constitucional aos mecanismos que assegurem à Revolução condições para construir esse objetivo.

JB — Voltamos à tese da incorporação do Ato Institucional à Constituição. E essa incorporação significa um avanço?

JS — O Senador Petrônio Portela falou na criação de um Conselho de Estado e em outras medidas que seriam testadas. Examinemos essas idéias, e, uma vez amadurecidas, formulemos uma proposta concreta de institucionalização da Revolução. O AI-5 é um instrumento da Revolução, transitório, mas sua existência é considerada indispensável para garantir as instituições. É um fato de exceção. Mas, ele pode conviver ao lado de uma Constituição que tenha um Conselho de Estado em condições de ser testado. Não é o AI-5 que faz com que o Brasil seja atacado como um Estado autoritário. A Constituição portuguesa tem um dispositivo que "constitucionaliza" o Conselho da Revolução, que é integrado pelos Ministros militares e o Chefe do Governo, o Primeiro-Ministro, quando este for militar. E nem por isso se diz que Portugal não é uma democracia plena. E o Artigo 16 da Constituição francesa? Quando o AI-5 estiver em desuso e a Constituição funcionando, ele desaparecerá. Mas, hoje, não será realista afirmar-se que aquele instrumento pode ser revogado por um simples decreto ou um discurso do MDB. O problema é muito mais sério.

A volta ao debate político

Último Governador eleito do Maranhão, em 1965, o Sr José Sarney, reaparece agora na política nacional, depois de dois meses de atenções exclusivas dedicadas à política do seu Estado, onde a Arena vive uma crise permanente há 10 anos.

Como vice-líder da Maioria no Senado, o Sr José Sarney começa a ocupar, outra vez, os espaços vazios nos debates políticos do Congresso, que sempre dividiu dentro da Arena com os Srs Petrônio Portella, Virgílio Távora e Jarbas Passarinho.

Da crise política do Maranhão, o representante arenista sairia naturalmente para uma campanha que poderia levá-lo mais uma vez ao Governo do seu Estado. Era o único representante do Partido em condições de disputar as eleições diretas.

Desde a derrota que impôs aos grupos pessedistas do ex-Senador Vitorino Freire, quando ganhou o Governo do Maranhão, saindo candidato pela UDN, o Sr José Sarney passou a lutar por um objetivo: dar à Arena um sentido de renovação, dentro de um Estado acostumado com as velhas técnicas do caciquismo.